Vila Maria Pia:

70 000 da taxa de 15\$ — preto, prata, ouro, azul, roxo-claro, verde e vermelho.

Cidade de S. Filipe:

50 000 da taxa de 30\$ — preto, prata, ouro, azul, vermelho, verde e amarelo-dourado.

Ministério do Ultramar, 11 de Julho de 1961. — Pelo Ministro do Ultramar, *João da Costa Freitas*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Cabo Verde. — *Costa Freitas*.

Polícia Internacional e de Defesa do Estado

Portaria n.º 18 589

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, que, nos termos do § 1.º do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 39 749, de 9 de Agosto de 1954, com a nova redacção do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 43 582, de 4 de Abril de 1961, sejam criadas as seguintes dependências da Polícia Internacional e de Defesa do Estado na província ultramarina de Angola:

Uma subdelegação com sede na cidade de Carmona;

Os postos de vigilância nas localidades de Sá da Bandeira, Henrique de Carvalho, S. Salvador do Congo, Maquela do Zombo, Camaxilo, Cazombo e Cangamba;

Os postos de fronteira terrestre nas localidades de Pedra do Feitiço, Buela, Banza Sosso, Cuango, Macolo, Caripande e Cuangar;

Os postos de fronteira marítima nos portos de Ambrizete, Ambriz, Porto Amboim, Novo Redondo e Porto Alexandre;

Os subpostos de fronteira terrestre nas localidades de Iema (dependente do posto de Cabinda) e Ochicango (dependente do posto de Vila Pereira de Eça).

Ficam todos subordinados à delegação da mesma Polícia na referida província, cabendo ao Governo-Geral

de Angola, mediante proposta daquela Polícia, a faculdade de promover a fixação e distribuição do pessoal efectivo e eventual, consoante a necessidade do serviço, em conformidade com o mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 43 582 e nos termos do § 4.º do artigo 46.º do já referido Decreto-Lei n.º 39 749, com a nova redacção do Decreto-Lei n.º 43 582, atrás citado.

Ministério do Ultramar, 11 de Julho de 1961. — O Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Angola. — *A. Moreira*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Portaria n.º 18 590

Alguns assinantes da The Anglo-Portuguese Telephone Company, Ltd., têm pedido à companhia a instalação de alimentação de recurso para os seus PPC, serviço para o qual já estão em vigor taxas nas áreas exploradas pela Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones.

É portanto conveniente autorizar a companhia a, nas áreas por ela exploradas, efectuar os mesmos serviços cobrando taxas idênticas.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Comunicações, que no sistema tarifário dos serviços telefónicos concessionados à The Anglo-Portuguese Telephone Company, Ltd., sejam introduzidas as seguintes taxas:

Número das taxas	I) Taxas de instalação	Taxas
32	Alimentação de recurso de PPC	150\$00

II) Assinaturas mensais de postos principais e instalações acessórias

132	Alimentação de recurso de PPC	60\$00
-----	---	--------

Ministério das Comunicações, 11 de Julho de 1961. — O Ministro das Comunicações, *Carlos Gomes da Silva Ribeiro*.